

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 168.651 - RJ (2019/0297561-5)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS S.A.
SUSCITANTE : GOL LINHAS AEREAS INTELIGENTES S.A
ADVOGADOS : CARLOS JOSÉ ELIAS JÚNIOR - DF010424
OSMAR MENDES PAIXÃO CÔRTEZ - DF015553
RENATA MOUTA PEREIRA PINHEIRO E OUTRO(S) - DF012324
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA EMPRESARIAL DO RIO DE JANEIRO - RJ
SUSCITADO : JUÍZO DA 24A VARA DO TRABALHO DO RIO DE JANEIRO - RJ
INTERES. : JOSE AUGUSTO DE ALMEIDA PACHECO
ADVOGADO : SEBASTIÃO JOSÉ DA MOTTA - RJ068427

DECISÃO

Cuida-se de conflito positivo de competência, com pedido liminar, instaurado por GOL LINHAS AÉREAS S.A E OUTRO, envolvendo o r. Juízo de Direito da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ, e o Juízo da 24ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, onde tramita a Reclamação Trabalhista nº 0010400-08.2007.5.01.0024, ajuizada por José Augusto de Almeida Pacheco.

Alegam, em resumo, que "(...) Apesar da competência exclusiva do Juízo da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro, foi intentada ação de natureza trabalhista em face da VRG/GOL perante a 24ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro-RJ, a qual foi julgada procedente em face da VARIG S.A. e da GOL LINHAS AÉREAS S.A, declarando a sucessão das Suscitantes no dever de honrar os títulos executivos firmados contra a empresa em recuperação." Acrescentam, outrossim, que "(...) A nova Lei de Falências (11.101/05), em seu artigo 60, parágrafo único, determina que o bem objeto de alienação por empresa em recuperação judicial será repassado ao arrematante sem qualquer ônus, ou seja, não haverá a sucessão nas obrigações contraídas pelo devedor." Pedem, assim, o deferimento de pedido liminar a fim de sobrestar o andamento da execução trabalhista em epígrafe. No mérito, pleiteiam a declaração de competência do r. juízo universal. (fls. 3/10)

É o relatório.

Decide-se.

O pedido liminar comporta parcial acolhimento.

1. Inicialmente, destaca-se a competência deste Superior Tribunal de Justiça para o exame do presente incidente, uma vez que envolve juízos vinculados a Tribunais

Superior Tribunal de Justiça

diversos, nos termos do que dispõe o artigo 105, inciso I, alínea "d", da Constituição Federal.

2. Uma vez iniciada a recuperação judicial, é mister que os atos constritivos aos ativos da sociedade sejam submetidos ao Juízo Recuperacional, sob pena de esvaziamento dos propósitos da recuperação, mesmo após transcorrido o prazo de 180 dias (art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005). Nesse sentido, vale conferir os seguintes julgados:

AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO TRABALHISTA. PROSSEGUIMENTO. ATOS DE CONSTRIÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL.**

1. Após o deferimento da **recuperação judicial**, é do **juízo** de falências e **recuperação judicial** a **competência** para o prosseguimento dos atos de execução relacionados com reclamações **trabalhistas** movidas contra a empresa recuperanda.

2. **Competência** da Justiça do Trabalho que se limita à apuração do respectivo crédito, sendo vedada a prática de atos que comprometam o patrimônio da empresa em **recuperação**.

3. A data do ajuizamento da reclamação **trabalhista** não é o que define a aplicação do art. 49 da Lei nº 11.101/2005, tampouco a data do provimento jurisdicional que reconhece a existência do crédito, mas, sim, o momento em que é prestada a atividade laboral que dá ensejo à propositura da demanda **trabalhista**.

4. Agravo interno não provido.

AgInt nos EDcl no CC 160280 / SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJe de 06/05/2019.

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. EXECUÇÃO DE CUSTAS JUDICIAIS NO ÂMBITO TRABALHISTA. NATUREZA FISCAL. DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO FISCAL. NÃO OCORRÊNCIA. ART. 6º, § 7º, DA LEI Nº 11.101/05, COM A RESSALVA NELE PREVISTA. PRÁTICA DE ATOS QUE COMPROMETAM O PATRIMÔNIO DO DEVEDOR OU EXCLUAM PARTE DELE DO PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. POSSIBILIDADE DE PARCELAMENTO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PRECEDENTES.

1. Em regra, uma vez deferido o processamento ou, a fortiori, aprovado o plano de recuperação judicial, revela-se incabível o prosseguimento automático das execuções individuais, mesmo após decorrido o prazo de 180 dias previsto no art. 6º, § 4, da Lei 11.101/2005. Precedentes.

(...) (AgRg no CC 116.594/GO, Rel. Ministro **LUIS FELIPE SALOMÃO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 14/03/2012, DJe 19/03/2012)

E ainda: CC 131.894/SP, Rel. Ministro **RAUL ARAÚJO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 31/03/2014; CC 146.657/SP, Rel. Ministro **MOURA RIBEIRO**, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 26/10/2016, DJe 07/12/2016.

Superior Tribunal de Justiça

Diante da jurisprudência supramencionada, e das decisões cujas cópias foram juntadas às fls. 113/118 (Juízo da Recuperação Judicial) e às fls. 176/180 (Justiça do Trabalho), revela-se, nesse juízo de cognição sumária, a **probabilidade do direito invocado**. De igual forma, o **perigo de dano** se mostra caracterizado em razão da iminência de realização de atos executórios em face das suscitantes, sem o devido exame pelo Juízo Recuperacional.

3. Do exposto, com fundamento no art. 955, parágrafo único, do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **defere-se** em parte o pedido de liminar para o fim de sobrestar quaisquer determinações constitutivas/expropriatórias que, nos autos da Reclamatória Trabalhista nº 1040820075010024, em curso no r. Juízo da 24ª Vara do Trabalho do Rio de Janeiro/RJ, afetem o patrimônio das suscitantes, e **designa-se** o Juízo da Recuperação Judicial da 1ª Vara Empresarial do Rio de Janeiro/RJ para resolver, em caráter provisório, eventuais medidas urgentes, até ulterior deliberação deste relator.

Oficie-se aos órgãos jurisdicionais em conflito, com urgência, comunicando e solicitando informações.

Após, ao Ministério Público Federal para parecer.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator